

INDÚSTRIA

A recuperação da atividade industrial: duradoura ou efêmera?

*Daisy Dias Schramm Zeni**

*André Luis Contri***

A indústria no Brasil

Após oito meses de queda ininterrupta, a produção industrial brasileira voltou a crescer em maio último, registrando uma expansão de 5,30 pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano passado. E, em comparação com o mês de abril, esse aumento alcança 7,72%, segundo dados fornecidos pelo IBGE.

Convém lembrar, contudo, que esse incremento da produção constatado em maio não significa, necessariamente, uma retomada duradoura do crescimento do setor industrial. Isto porque a política econômica vigente,

* Economista da FEE.

** Aluno do Curso de Graduação em Economia da UFRGS.

com seus condicionantes — papéis do Governo com alta remuneração, processo inflacionário acelerado, cortes nas compras governamentais, etc. — está bem presente no cenário nacional, deixando antever o caráter efêmero do referido incremento da produção.

O principal agente propulsor da reativação da indústria nacional, em maio, foi o aumento da demanda interna, que criou a necessidade de reposição dos estoques do comércio. De acordo com a FIESP, o aumento do comércio na Região Metropolitana de São Paulo, em valores reais, foi da ordem de 3,7% em relação a abril e de 3,4% se comparado a maio do ano anterior (GM, 16.06.89, p. 3). Note-se que esse crescimento do consumo também foi observado em quase todos os estados já a partir de abril (IBGE, 1989).

O aquecimento da demanda interna decorreu, principalmente, da antecipação das compras pelos consumidores em razão do gradual descongelamento dos preços então vigentes. Quanto às fontes de recursos para esse aumento do consumo podem ser encontradas: em primeiro lugar, nos pagamentos das safras agrícolas de verão que tiveram início no mês de maio, ampliando a massa de consumidores; em segundo lugar, no aumento dos saques das cadernetas de poupança, em maio, quando as retiradas superaram os depósitos em 5,45% (DCI, 1-3.7.89, p. 10). Esse fato pode ser explicado pela queda nos rendimentos das cadernetas de poupança, que, a partir de maio, voltaram a ser remuneradas pelo IPC mais juros e não mais pelo "open". Em terceiro lugar, uma outra fonte de recursos teve origem nas reposições salariais obtidas por um número bastante expressivo de categorias profissionais (GM, 18.5.89, p. 4).

Atente-se que as exportações de produtos industrializados — semi-manufaturados e manufaturados — sofreram, no mês de maio, uma redução de 5,60% em relação ao mesmo mês do ano passado (GM, 20.6.89, p. 3). Isso vem confirmar que a demanda interna, principalmente, foi a determinante do aumento da produção.

O bom desempenho da indústria nacional, em maio, foi observado em praticamente todos os gêneros. Mesmo material de transporte, que apresentou queda na produção de 10,77% relativamente a maio de 1988, subiu 9,74% em comparação com abril. Note-se que o setor que mais contribuiu para a má "performance" desse gênero foi o automobilístico (-14,74%), todavia, em confronto com abril, houve um aumento de 13,17 pontos percentuais na produção desse setor.

O outro gênero em que foi verificado declínio da produção, comparativamente a maio do ano passado, foi produtos alimentares (-0,97%), embora a maioria de seus setores tenham registrado variações positivas. As exceções foram somente refino de açúcar (-12,30%) e abate e preparação de carnes (-24,80%).

Somente material de transporte registrou queda no acumulado dos cinco primeiros meses do ano ainda maior do que a verificada no trimestre, com taxas de -10,55% e -7,27% respectivamente.

Cabe ressaltar que a utilização média da capacidade instalada da indústria de transformação do País atingiu, em abril, 79%. Esse dado revela que a indústria estava operando com uma capacidade ociosa elevada, o que possibilitou o incremento da produção em maio.

A taxa de investimento, entretanto, continua baixa. No primeiro trimestre deste ano, a referida taxa — em relação ao PIB — atingiu somente 16,17%. Esta é uma das mais baixas da década de 80, equivalente à alcançada em 1984 (16,15%). Comparando-a com a do último trimestre do ano passado, observa-se uma queda de 5,4% (GM, 6.7.89, p. 6). Segundo o BNDES, a retração dos investimentos industriais constatada no primeiro trimestre foi observada também em todo o primeiro semestre do corrente ano.

Com relação à taxa de desemprego, a apurada pelo IBGE registrou uma pequena queda em maio (3,37%) em relação a abril (3,94%), redução que também se verifica comparando-a a maio de 1988 (4,04%) (DCI, 4.7.89, p. 12).

Tabela 4

Índices da produção industrial, por categorias de uso, no Brasil — 1989

CATEGORIAS DE USO	MENSAL (1)			ACUMULADO (2)		
	Mar.	Abr.	Maio	Jan.-Mar.	Jan.-Abr.	Jan.-Maio
Bens de capital	77,11	83,25	94,89	87,82	86,66	88,33
Bens intermediários	93,01	99,10	105,74	93,92	95,21	97,35
Bens de consumo	93,11	100,67	107,57	94,33	95,88	98,28
Duráveis	92,44	91,80	101,44	99,88	97,79	98,56
Não duráveis	93,28	102,95	109,12	93,03	95,42	98,21

FONTE: IBGE.

(1) Produção do mês de referência em relação a igual mês do ano anterior. (2) Produção acumulada no ano, de janeiro até o mês de referência do índice, em relação a igual período do ano anterior.

Analisando-se a indústria de transformação do País através das categorias de uso, constata-se que, de março a maio, a produção evoluiu de maneira positiva na maioria destas.

A única que em maio apresentou um desempenho negativo em relação a maio de 1988 foi a de bens de capital (-5,11%), entretanto, comparando

com abril, observa-se um crescimento de 11,64 pontos percentuais. No acumulado de janeiro a maio, relativamente ao mesmo período do ano anterior, registrou-se um declínio de 11,67%, inferior, contudo, ao acumulado de janeiro a abril (-13,34%).

Entre as causas determinantes do desempenho discreto da categoria bens de capital destacam-se os cortes importantes nas compras governamentais. Como exemplo desses cortes podem ser citados o da PETROBRÁS (US\$ 1,2 bilhão), o do setor siderúrgico (US\$ 90 milhões) e o do setor elétrico (US\$ 2 bilhões). Essa política de contenção dos gastos do Governo tem limitado os investimentos, o que resultará, ao que tudo indica, em futuro próximo, em "pontos de estrangulamento" na indústria nacional, como escassez de energia, de combustíveis, etc. Isso somado à falta de uma política industrial definida, aos altos juros e aos problemas econômicos derivados das dívidas interna e externa concorrem para restringir os investimentos privados.

A categoria bens intermediários, como era de se esperar, visto estar o seu desempenho vinculado ao da indústria em geral, aumentou sua produção em cerca de 5,74% em maio relativamente ao mesmo mês do ano passado. Confrontando com abril, o crescimento foi de 6,64%. Em maio, dos gêneros que produzem preponderantemente esses tipos de bens, destacaram-se os crescimentos da metalúrgica (5,03%) e da química (5,31%). No acumulado de janeiro a maio, em relação ao mesmo período do ano anterior, constatou-se a queda de 2,65% na produção dessa categoria.

Com referência a bens de consumo, nos meses de abril e maio a melhor "performance" coube a bens de consumo não duráveis, 2,95% e 9,12% respectivamente, em relação aos mesmos meses do ano passado. Esse crescimento significativo da produção foi devido, em grande parte, ao desempenho positivo dos gêneros bebidas, produtos de matérias plásticas, fumo e perfumaria, sabões e velas. O gênero produtos alimentares, contudo, apresentou queda, tanto na comparação com maio de 1988 (-0,97%) como com abril (-1,87%).

A categoria bens de consumo duráveis também apresentou um resultado positivo no mês de maio em cotejo com maio de 1988 (1,44%). Esse pequeno incremento, não obstante, é significativo, se comparado com o indicador de abril, quando a produção desses bens registrou queda de 8,20%.

As expectativas são de que a produção industrial se mantenha em um nível elevado enquanto estiver em curso a renovação dos estoques comerciais. Todavia deve-se ter presente que o principal determinante dessa reativação do mercado interno – a iminência do descongelamento de preços – deve ter curta duração no tempo. Nesse sentido, já no início de julho foi visível o processo de desaquecimento da demanda no varejo (IBGE,

1989a), o que permite prever um novo retraimento da produção industrial brasileira, dando continuidade à tendência de queda observada desde meados de 1977.

A indústria no Rio Grande do Sul

Nos quatro primeiros meses do ano, a indústria do Rio Grande do Sul, assim como a brasileira, apresentou uma queda nos níveis de atividade, não obstante o recente crescimento observado na produção física industrial.

Nesse sentido, observou-se no mês de abril uma descontinuidade na seqüência de taxas negativas de crescimento do produto que vinham se acumulando na indústria de transformação gaúcha. Nesse mês, ao contrário da indústria brasileira e antecipando-se a ela, a produção física cresceu 2,6%, refletindo-se num aumento do nível de utilização média da capacidade instalada que, nesse mesmo mês, foi de 80%. Apesar das perspectivas de taxas positivas para o mês de maio, dado ter sido esse o desempenho da indústria nacional, o acumulado no quadrimestre continua sendo de -5,0%. Fatores explicativos para esse crescimento em abril podem encontrar-se tanto no aumento dos estoques das indústrias como no crescimento das encomendas, resultante do aquecimento das vendas a varejo verificado nos últimos meses.

Assim, em consonância com o que vem ocorrendo na indústria do Rio Grande do Sul durante a década de 80, o crescimento no mês de abril foi liderado por alguns gêneros produtores de bens de capital e de produtos intermediários. Entre estes, os que mais se destacaram foram os gêneros minerais não-metálicos, que apresentou um crescimento da produção de 20%, mecânica (31%), material de transporte (12,8%) e papel e papelão (3,2%). Cabe assinalar que o setor mecânico gaúcho e o de minerais não-metálicos foram os que mais se destacaram neste primeiro quadrimestre, com taxas de crescimento de 7,84% e 9,14% respectivamente. A continuidade do crescimento nesses setores, no entanto, irá depender da continuidade da elevação dos níveis da atividade produtiva da indústria brasileira, o que não há indícios de que venha a ocorrer.

As indústrias de bens de consumo não duráveis são as que têm apresentado maiores oscilações nas taxas de crescimento. Contudo, se tomarmos os quatros primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, essas taxas ainda têm se apresentado negativas. Cabe destacar a indústria de bebidas com -9,7%, produtos alimentares com -6,3% e o gênero de vestuário, calçados e artefatos de tecidos com -3,1%. O fato de esses produtos apresentarem uma baixa elasticidade-renda da demanda contribuiu para que a queda nos índices da produção não fosse ainda maior.

O período de congelamento de preços fez-se sentir de forma diferenciada sobre esse setor, de maneira que a maior ou a menor possibilidade de realizarem pequenas alterações nos produtos objetivando elevar preços atingiu diretamente as receitas de cada gênero. Assim, segundo dados do IDERGS, as indústrias de produtos alimentares e de calçados obtiveram, no primeiro quadrimestre deste ano em relação ao mesmo período de 1988, uma queda em suas receitas de 11,15% e 8,57% respectivamente. Já para as indústrias têxtil e do vestuário, essas taxas apresentaram um acréscimo no mesmo período de 8,8% e 51,47%.

As perspectivas para os meses vindouros são de que o crescimento do nível de atividade industrial possivelmente não seja mantido. Isto porque seus determinantes — os aumentos de estoques e de encomendas ao setor industrial — se encontram inseridos e subordinados a um contexto recessivo maior de uma economia que se debate com sérios problemas para reencetar a expansão econômica de longo prazo.